

CONTROLE E PODER SIMBÓLICO NA OBRA DE ROBERTO DRUMMOND: NARRATIVAS CRÍTICAS EM HILDA FURACÃO*

CONTROL AND SYMBOLIC POWER IN ROBERTO DRUMMOND'S WORK:
CRITICAL NARRATIVES IN HILDA FURACÃO

Igor Alves Noberto Soares**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender a relação entre controle e poder simbólico, dois traços presentes na formação do Estado Burguês, na obra *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond. *Hilda Furacão* é um dos títulos mais importantes da chamada literatura *pop* brasileira, que, em suma, traz as histórias do entorno de Hilda Gualtieri von Eschwege, filha da tradicional família mineira. A mulher, em ato de relevante significado, deixou a vida junto à elite e rumou à zona boêmia de Belo Horizonte, a fim de permitir sua transformação em busca do Príncipe Encantado. Com narrativa própria, a obra demonstrou como a sociedade insiste em organizar-se na apropriação das liberdades e na formação de relações a partir do capital, o que inviabiliza qualquer possibilidade de manifestação contrária à ordem pressuposta. A partir de pesquisa exploratória e de revisão bibliográfica, amparadas nos contributos da Filosofia Radical, da Literatura e da Teoria Crítica do Estado e do Direito, é possível concluir que a obra *Hilda Furacão* denunciou o controle do outro e as relações de poder simbólico como óbice ao exercício das liberdades identitárias e da ruptura ao *status quo*.

PALAVRAS-CHAVE: filosofia radical; literatura; Hilda Furacão; controle; poder simbólico.

ABSTRACT

This article aims to understand the relationship between control and symbolic power, two traits present in the formation of the Bourgeois State, in the work *Hilda Furacão*, by Roberto Drummond. *Hilda Furacão* is one of the most important titles of the so-called Brazilian pop literature, which, in short, brings the stories around Hilda Gualtieri von Eschwege, daughter of the traditional Minas Gerais family. The woman, in an act of significant significance, left her life with the elite and headed for the bohemian area of Belo Horizonte, in order to allow her transformation in search of the Prince Charming. With its own narrative, the work demonstrated how society insists on organizing itself in the appropriation of freedoms and in the formation of relationships based on capital, which prevents any possibility of manifestation contrary to the presupposed order. Based on exploratory research and a bibliographic review, supported by contributions from Radical Philosophy, Literature and the Critical Theory of the State and Law, it is possible to conclude that *Hilda Furacão*'s work denounced the control of the other and symbolic power relations as means to prevent the exercise of individual freedoms and the rupture of the *status quo*.

KEYWORDS: radical philosophy; literature; Hilda Furacão; control; symbolic power.

* Artigo recebido em 15/05/2023 e aprovado para publicação em 10/06/2023.

** Doutorando em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre e Bacharel em Direito pela PUC Minas e Graduando em Filosofia pela mesma Universidade. Professor do Curso de Direito da Faculdade Santo Agostinho de Sete Lagoas e da UFOP. Advogado. E-mail: igor.ansoares@yahoo.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo compreender a relação entre controle e poder simbólico na obra *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond, com destaque na associação entre a Filosofia Radical e a Teoria Crítica do Estado e do Direito. Com propriedade, o autor mineiro destacou a grandiosidade das relações culturais nas Minas Gerais na segunda metade do séc. XX, pois, em sua origem, demonstram o agir de uma sociedade baseada no controle das identidades e das liberdades para excluir a pessoa diferente.

Roberto Francis Drummond, mineiro da então cidade de Santana dos Ferros (denominada por Ferros desde 1923), mais conhecido como Roberto Drummond, é um dos autores mais lidos do Brasil. Em vasta obra, o escritor reforçou a mística do chamado *pós-modernismo* e da *literatura pop* e, mais, apresentou importantes construções sobre a história da vida cotidiana. O autor, falecido no dia 21 de junho de 2002, era fanático pelo Clube Atlético Mineiro e, por sua relação com o futebol, escreveu várias crônicas esportivas. Não por menos, consagrou-se vencedor do Prêmio Jabuti – Categoria Literatura Adulta (Autor Revelação), em 1975, com a obra *A morte de D. J. em Paris* (CALEGARI, 2009).

Em 1991, Roberto Drummond publicou o título *Hilda Furacão*, um dos maiores clássicos da Literatura Brasileira. Trata-se da narrativa contextualizada sobre a vida de Hilda Gualtieri von Eschwege, uma mulher pertencente à tradicional família mineira, cujo destino a fez abandonar o conforto e a alcunha de “moça bem-casada” para viver na zona boêmia de Belo Horizonte. Tal história não é a única experiência compartilhada, mas, em seu contexto, decorrem inúmeras outras narrativas sobre processos de controle e exclusão.

Roberto Drummond traduziu a vida humana formada a partir das contradições da segunda metade do séc. XX, notadamente com a perdura dos padrões sociais e o desenvolvimento das lutas para promover a ruptura da normalidade imposta. O *clímax* da narrativa encontra lugar no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964, que instituiu, no Brasil, um regime ditatorial prolongado por mais de vinte anos e promoveu a interrupção de amores e relacionamentos por meio da repressão estatal.

Nos escritos de Roberto Drummond, há certa tentativa de denunciar as estruturas socialmente erigidas na realidade brasileira, principalmente a partir dos aspectos político-econômicos sustentados desde o Brasil Colônia e pelo Estado Burguês. Neste artigo, tal constatação será relacionada a dois temas tratados na associação entre a Filosofia Radical e a Teoria Crítica do Direito e do Estado, quais sejam, o controle e o poder simbólico.

A partir de pesquisa exploratória, foram analisados três trechos específicos, quais sejam, a pintura de Adão na Igreja Matriz de Santana dos Ferros, a secreta identidade do jornalista Emecê e a separação entre Frei Malthus e Hilda Gualtieri no dia 1º de abril de 1964. Para entender tal relação, o artigo está organizado em três seções. Na primeira, foram apresentados os contributos filosófico-sociológicos sobre o controle e o poder simbólico, a fim de demarcar a construção histórico-política da realidade humana. Na segunda seção será demonstrado como o movimento literário idealizado por Roberto Drummond é, antes de tudo, um chamado à denúncia das contradições do sistema, à ruptura com o autoritarismo e à reflexão sobre o pleno exercício da pluralidade. Por fim, com os aportes delineados na segunda seção, será indicada conjectura sobre a relação entre Direito, Filosofia e Literatura a partir de um processo de resolução das contradições sociais a partir da humanização dos sujeitos e da ruptura com todas as formas de opressão.

1 CONTROLE E PODER: REFLEXÕES SOBRE A TRANSIÇÃO ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI

As relações típicas do séc. XX foram influenciadas pelos discursos idealizados no contexto das duas Grandes Guerras e da Guerra Fria, além da necessária reflexão sobre a efetividade dos Direitos Humanos a partir da abertura do mundo ao multiculturalismo. Aliás, Hanna Arendt (2012, p. 258) demonstrou as descomedidas consequências do domínio total do ser para “sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse um só indivíduo”, o que reduziria as pessoas à “mesma identidade de reações”.

Na formação do Estado, em sua dimensão filosófico-sociológica, o controle da pessoa diferente e a limitação do exercício das liberdades proporcionaram um projeto de tomada das estruturas econômicas do poder político projetado pelo capital (SOARES, 2021). Aliás, o discurso para a modernidade permeará a dominação ao redor do mundo, sobretudo com a tomada da América, em 1492, de modo a imperar a superioridade do dominador em relação ao dominado passível de colonização (DUSSEL, 1993).

Nessa perspectiva, a expansão do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, com as rupturas democráticas tendentes à imposição de regimes ditatoriais na América Latina mostrou-se meio efetivo para promover a dominação e a irradiação do projeto capitalista destinado ao controle (FERNANDES, 1976). Não há dominação sem o ato de

controlar as liberdades, o que exige a enérgica ruptura com a diversidade para legitimar a definição dos padrões.

A noção de sujeito a ser dominado, portanto, é uma estratégia complexa dos detentores das forças econômicas para permitir a manutenção das estruturas socialmente demarcadas. Os órgãos estatais, na mesma medida, serão tomados pelo capital e não há possibilidade de desconstruir a ordem pressuposta. Por séculos, a defesa de políticas públicas para promover a distribuição de renda ou a igualdade de gênero, por exemplo, foi abandonada justamente pelo Estado, que, à mercê de um projeto político democrático, restou subserviente às forças dominantes.

Nos limites do texto, tem-se o Estado Burguês como o resultado do processo exploratório iniciado com a dominação portuguesa, no Brasil, em 1500. A partir de então, percebe-se a usurpação da estrutura estatal pelo poder do capital (FERNANDES, 1976), pois os órgãos estatais confundem-se com toda a proposta de exploração de riquezas destinada à Metrópole. Com tal situação histórico-político-econômica, não é possível admitir qualquer ruptura ou a existência de sujeitos diversos, o que desperta a imposição de um sistema que impede a prática de pautas identitárias para além do modelo europeu (SOARES, 2021). Tal nota criou pessoas tementes ao padrão *normal* e igualmente controladoras umas das outras – por isso assistimos, atônitas, aos processos de extinção de direitos tutelados nas lutas históricas, precarização do trabalho e perdura das desigualdades sociais.

A relação entre o controle e a dominação da diferença é tratada com muita profundidade a partir da Teoria Crítica e da Filosofia Radical e, entre outras pretensões, buscou elucidar vertente teorizada sobre o aspecto social na construção do sujeito contemporâneo. Daí porque a resistência dos grupos sociais ao poder simbólico será a marca da transição entre o séc. XX e o séc. XXI, principalmente na tratativa de temas sobre a diversidade, a igualdade de gênero, o multiculturalismo, o fortalecimento da cidadania e das práticas ambientais, por exemplo. Em linhas introdutórias, serão apresentadas as conjecturas para compreender a correlação entre a temática e a obra *Hilda Furacão*.

1.1 A SOCIEDADE DO CONTROLE

A Filosofia Radical, a fim de subsidiar o questionamento dos vários níveis sobre a realidade, indica “uma filosofia na qual ser e práxis, pensar e fazer, discussão e decisão, reino e governo (sob a condição de ambos serem an-árquicos) integrem uma única realidade”

(MATOS, 2015, p. 165). Nessa toada, a Filosofia Radical pensa a partir da crise e, para vencê-la, propõe ação crítico-revolucionária marcada pelo (re)pensar dos atributos democráticos na convivência contemporânea a partir da potencialidade de sujeitos diversos.

Decerto, a Filosofia Radical

[...] precisa considerar a mudança estrutural das condições de pensabilidade do mundo não como um limitador que a impede de traçar planos gerais, mas como um “potencializador de potencialidades”. Pois fazer filosofia radical significa agora engajar-se profundamente nas práticas sociais sempre mutantes e carentes de qualquer fundamento ontológico, abrindo a história ao inesperado. (MATOS, 2015, p. 24).

Aliás, todo percurso filosófico surge justamente do ato questionador e do espanto. Contudo, alguns desvios históricos comprometeram o pensar filosófico a partir da criação de limites a uma práxis verdadeiramente desconstruída. A Filosofia Radical acabou por trazer nova interpretação refutadora da opressão neoliberal projetada na construção do Estado Burguês, capaz de afastar a atividade reflexiva de argumentos apriorísticos do poder ou da própria mitologia da dominação econômica.

Ao servir às mudanças estruturais, a Filosofia Radical encerrou ciclos descomedidos vinculados ao agir solipsista, bem como se dedicou ao traçado das bases democráticas da vida comum. Isso pode parecer trivial, mas a lembrança da recente utilização de pressupostos filosóficos como sustentáculo de regimes ditatoriais exigiu a adequada ruptura ensejada pela Filosofia Radical.

No aporte epistemológico, a Filosofia se alinhou à Sociologia e às novas tendências da Teoria Crítica do Direito para refutar os óbices à transformação democrático-disruptiva da ciência, da própria lei e da sociedade. No martírio da razão, algumas nuances histórico-políticas são descortinadas: não há mais espaço para controlar o destino da pessoa diferente ou inculcar discursos massificadores. Portanto, a Filosofia Radical constitui-se em atividade rebelde de pensar, conflituosamente, a partilha de uma leitura crítico-reflexiva da realidade totalmente distante do opressor (SOARES, 2021).

Um dos termos mais difundidos na obra de Michel Foucault é *biopolítica*, abordado pela primeira vez durante uma conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1974, com o objetivo de demarcar o início da chamada Medicina Social. Nesse esqueço, Foucault tentou demonstrar como a saúde pública, na transição dos séculos XVIII e XIX, deixou-se influenciar pelo controle dos sujeitos a partir de elementos da vigilância social (PELBART,

2003). O capitalismo mostrou-se determinante na definição de padrões desejáveis para as práticas da Medicina, sobretudo com a passagem do pragmatismo coletivo para procedimentos médicos individuais. Segundo Michel Foucault (1989, p. 82), tal consideração possibilitou o controle da sociedade capitalista a partir do próprio corpo, e no contexto da tomada da consciência e da ideologia, o corpo tornou-se “uma realidade biopolítica; a medicina, uma estratégia biopolítica”.

É na confluência entre o séc. XVIII e o séc. XIX que as liberdades individuais sofreram maior controle como forma de opção governamental, a fim de aperfeiçoar o sistema de acumulação econômica, pois a população agora é entendida como um problema político (FOUCAULT, 2000). Portanto, a biopolítica é constituída como a metodologia utilizada pelo Estado para exercer o controle dos corpos e, principalmente, constituirá elemento de decisão sobre a vida e a morte.

Nessa compreensão, surgem exemplos intermináveis acerca da exclusão originada na castração das identidades; basta ver a reduzidíssima participação das mulheres e pessoas pretas na política, sem contar os óbices sustentados quando do acesso desses grupos ao Ensino Superior. Há, ainda, o desprezo para com adolescentes, crianças, pessoas da comunidade LGBTQIAP+, pessoas idosas, pessoas com deficiência e povos tradicionais (indígenas e quilombolas, sobretudo), que, à mercê de um projeto político destinado aos direitos da cidadania, persistem esquecidos quando da efetividade particular dos direitos fundamentais.

Enquanto a biopolítica tem como base o controle do corpo e a decisão sobre a vida, o biopoder é o elemento pelo qual os sistemas políticos de poder instrumentalizam o controle. A cada compasso revolucionário, os detentores do poder determinarão os padrões típicos sobre os indivíduos, o que impedirá qualquer tentativa de ruptura sistêmica, levando os subversivos à condição de subalternos, cuja luta será lida como desnecessária e inimiga da normalidade institucional.

Outra questão intimamente sustentada por Michel Foucault é o controle social a partir da punição e da vigilância (FOUCAULT, 1987). É necessário domesticar o sujeito, amoldando-o à ordem pressuposta devidamente erigida pela sociedade do controle. Há instituições cuja atividade precípua possui caráter disciplinar, a fim de compelir o ajustamento do sujeito ao padrão previamente definido e desaguará na formação dos sujeitos castrados quando do exercício de suas faculdades sociais, tal como os estabelecimentos tradicionais para a educação, a prisão e alguns agrupamentos religiosos.

Em releitura ao controle dos corpos idealizado por Michel Foucault, Byung-Chul Han (2018) destacou as imprecisões da virada tecnológica na criação de uma estrutura social baseada no constante controle psicológico, o que denominou de *psicopolítica*. As novas tendências destinadas à comunicação em massa e ao trabalho fomentaram o resultado do consumo de dados transmutado em hipervigilância, o que influenciou novos padrões institucionais e renovadas relações humanas marcadas pela prejudicialidade ontológica.

Byung-Chul Han definiu a eficiência do sistema neoliberal no controle de todas as nuances oriundas das identidades e das liberdades, de modo a permitir a conquista de lucros cada vez mais vultosos. Até mesmo os sentimentos de descanso e lazer serão tutelados pela mítica do trabalho interminável, com o afã de incentivar o controle das massas a partir do apelo midiático e da apropriação dos espaços públicos. Por isso, o autor concluiu que a liberdade somente existe em uma relação coletiva, nos termos propostos por Karl Marx sobre a relação entre liberdade individual e malícia do capital e, portanto, a “liberdade é sinônimo de comunidade bem-sucedida” (HAN, 2018, p. 12).

Ou seja, a narrativa da liberdade individual criada pelo sistema liberal consiste na própria multiplicação do controle e do fortalecimento da estrutura política do capital, o que viabilizou a irradiação de um projeto excessivamente eficaz na tomada do sujeito. Não por menos, Byung-Chul Han (2018, p. 13) definiu que o “indivíduo livre é rebaixado a órgão genital do capital”, ou seja, o reprodutor do próprio sistema em todas as suas perspectivas.

Não são raras as vezes em que nos deparamos com defesas intransigentes das estruturas como estão postas, inclusive por parte da classe média. Jessé Souza (2018) demonstrou como a classe média se autopercebeu como classe dominante ou elite financeira, ainda que não detentora de grande parte do acúmulo material e dos meios de produção, se comparada aos verdadeiros conglomerados econômicos, fato determinante para engano histórico e peça-chave para possibilitar a manutenção dos privilégios.

Essa autopercepção foi discutida com bastante cuidado pelas Ciências Sociais, principalmente diante da expressão *establishment*. Na obra de Norbert Elias e John Scotson (2000), essa expressão é tratada para determinar os ocupantes estratégicos das relações de poder. Tais estruturas estão assentadas na autoridade, garantia de influência e reprodução da tradição, a fim de impedir o ingresso dos *outsiders* nesse grupo construído ao poder e às formas de tomada da consciência.

1.2 O PODER SIMBÓLICO

Se a sociedade do controle e da hipervigilância exige a subserviência do sujeito aos padrões, há, nessa conclusão, uma relação de poder, conquistada ao longo de séculos de dominação. A manutenção do *status quo* é organizada pelo dever de estabelecer modelos de condutas socialmente aceitos ou rejeitados e, para tanto, são utilizadas a força da lei ou o fundamento repousado na autoridade predestinada (DERRIDA, 2007).

Pierre Bourdieu entendeu o poder a partir da prerrogativa de determinado indivíduo ou grupo para impor as vontades compreendidas em cada espaço-tempo, pelos mais variados critérios. Ao buscar o que chamou de “sociologia reflexiva”, Pierre Bourdieu (1989, p. 17) afirmou o poder segundo um símbolo invisível, traduzido na mais clara manifestação da comunicação e da linguagem.

Nessa perspectiva, o poder simbólico não careceu da utilização exclusiva da força física pelo detentor do prestígio social, mas tão somente de sua estrutura pessoal anômala e deferente à dominação da pessoa. O poder simbólico, sem dúvida, exerceu a mesma relação violenta para legitimar os discursos estanques às diversidades e ao pleno exercício das liberdades identitárias dos grupos rejeitados.

O poder simbólico, para Pierre Bourdieu (1989, p. 12), é instrumentalizado na violência simbólica. Por isso, a “classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico têm em vista impor a legitimidade da sua dominação”, viabilizada a partir de um aparato também linguístico. Ao ampliar o conceito de capital, até então entendido como os elementos da construção das desigualdades a partir de certos atributos de divisão, Pierre Bourdieu sustentou o capital em quatro vertentes, quais sejam, o capital econômico, o capital social, o capital cultural e o capital simbólico, cada qual com características bem demarcadas.

Se o capital econômico é cotejado pelo aspecto financeiro e de concentração de renda, o capital social vincula-se à construção dos laços inter-relacionais presentes nos agrupamentos sociais, sobretudo com a perdura de círculos sociais alimentados entre si e em posição de vantagem. Por outro lado, o capital cultural é amplamente discutido a partir da apropriação do conhecimento, seja no processo ensino-aprendizagem em Instituições de Ensino ou no acesso à informação, bem como a possibilidade de inclusão do sujeito por meio da arte e dos elementos culturais, por exemplo (BOURDIEU, 1989).

O capital simbólico é o espaço-síntese das relações de poder em sociedade. Esse capital simbólico promoverá a deferência ao prestígio assumido por determinados grupos sociais, de modo a existir a persuasão das pessoas em torno da manutenção do *status quo*. Não por menos, “os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação [...]”, de modo a fundamentar a “submissão inconsciente dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A percepção do poder simbólico pode ser resumida por meio da ideologia da submissão, indevidamente utilizada por algumas pessoas e somente possibilitada pelo discurso e pela linguagem do poder, resumida na seguinte frase: *you know com quem está falando?* Tal construção frasal, percebida com muita frequência na contemporaneidade, é demonstrada principalmente quando os detentores do capital são questionados por suas ações ou omissões descomedidas aos direitos de sujeitos plurais.

Ao longo da obra *Hilda Furacão*, Roberto Drummond apresentou inúmeras narrativas acerca do poder simbólico na sociedade mineira, seja na imposição de casamentos arranjados ou na impossibilidade de agir deliberadamente diante da vigilância. É perceptível, ainda, a influência dos meios de comunicação em todas as ações destinadas à manutenção do próprio *establishment*, como sistematizado por Roberto Drummond, a fim de demarcar a opinião oficial dos detentores do poder.

2 HILDA FURACÃO: A DENÚNCIA DO CONTROLE E DO PODER

Dentre a multiplicidade de histórias, três narrativas comporão o objetivo do presente artigo: as confusões oriundas da pintura de Adão na Matriz de Santana dos Ferros, o possível encontro de Emecê com uma de suas fãs e o desencontro entre Frei Malthus e Hilda Furacão. As narrativas foram escolhidas justamente pela liberdade de escrita observada por Roberto Drummond, bem como pelo nível de sua relação com os temas transversais tratados pela Filosofia Radical e pela Teoria Crítica do Direito e do Estado.

2.1 A PINTURA DE ADÃO EM SANTANA DOS FERROS

Uma das passagens mais bucólicas da obra *Hilda Furacão* retratou a derrubada da antiga Matriz de Santana dos Ferros por decisão do progressista Padre Geraldo Cantalice

(nome possivelmente criado por Roberto Drummond, conforme pode ser lido na história de Ferros), o novo pároco da Igreja de Sant'Ana. Após um plebiscito, o Padre Geraldo Cantalice determinou a demolição do edifício para construir outro no lugar e, assim, fora erguido moderno e renovado templo religioso (DRUMMOND, 1991).

Para viabilizar tal intento, o presbítero concedeu à artista Yara Tupynambá total liberdade artística para pintar o mural interno do templo, localizado no altar-mor. No dia da inauguração, uma descoberta deixou os fiéis desesperados: a figura de Adão nu. Em *Hilda Furacão*, essa passagem é amplamente discutida:

A igreja matriz foi aberta aos fiéis: quando Dona Naná Stanislau puxou a fita de inauguração do painel e caiu o plástico que o encobria, Adão apareceu em toda sua nudez aos olhos de todos; Dona Naná Stanislau desmaiou; seguiu-se um ritual de desmaio coletivo [...]. Ao todo dezesseis beatas desmaiaram, mas Tia Ciana (o que acabou ganhando as páginas da revista Time), acompanhada do fiel cão Joli, resistiu e deu início a uma prática que empolgou dezenas de adeptos: entrou andando de costas na igreja para não ver o Adão nu. (DRUMMOND, 1991, p. 78).

A artista reproduziu a história da fé cristã em um enorme painel, no qual era possível ver a beleza da Criação, a Anunciação do Anjo, a Paixão de Cristo e a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos em Pentecostes. Contudo, parte da população de Santana dos Ferros estranhou a obra elaborada por Yara Tupynambá, tendo em vista a reprodução da figura de Adão e Eva, o primeiro totalmente nu e a segunda seminua.

Do púlpito, Padre Geraldo Cantalice interveio e asseverou sobre a divindade da nudez de Adão, mas a tradicional família mineira apresentou sua veemente discordância quanto à expressão artística. Mais adiante, Tia Ciana, de quem Roberto Drummond era sobrinho, iniciou greve de fome contra o Adão nu e em irresignação ao fato de Santana dos Ferros ter se transformado em Sodoma e Gomorra (DRUMMOND, 1991). O caso foi parar no Vaticano, diante da ausência de consenso entre os bispos brasileiros, a Santa Sé autorizou a manutenção do mural em seu local de origem, conforme pensado por Yara Tupynambá (SIQUEIRA, 2013).

Não há limite para a produção artística, muito menos é possível instituir censura prévia à atividade criativa. Em momentos recentes, exposições em museus foram controladas pela força estatal, em clara opção moralista sobre a liberdade de criar, pois a censura é a forma mais efetiva de impedir “a percepção das individualidades, das formas de perceber o mundo e das formas de sentir e se relacionar com o outro” (ZEN, 2018, p. 132).

Nesse ponto, torna-se indispensável pensar na garantia de liberdade dos sujeitos para subverter as regras do poder. A arte é instrumento de resistência, como bem o fez Roberto

Drummond e, por isso mesmo, será controlada quando ameaçar ou incomodar o que está estabelecido. Não há diferença entre a cultura popular e a erudita, como sustentou Antônio Cândido (2011), o que demonstra a urgente proteção da diversidade e do multiculturalismo em razão de um cuidado sobre a formação em direitos humanos.

2.2 EMECÊ

Emecê foi um jornalista contratado pelo Jornal *Folha de Minas* e, por isso, nutria profunda amizade por Roberto Drummond. Contudo, a narrativa trazida em *Hilda Furacão* mostra Emecê como um sujeito extremamente tímido e injustamente usado como chacota por sua condição física, pois representava, na ótica de Roberto Drummond, a fragilidade das pessoas excluídas, pois sofria preconceitos pelo fato de ser pessoa empobrecida, negra e com problemas oriundos da obesidade.

O jornalista Emecê escreveu inúmeras crônicas para a Rádio Inconfidência, de segunda a sexta-feira, lidas pelo radio-ator Seixas Costa. Tal exposição pelas ondas do rádio era uma das maiores sensações da comunicação mineira e, por isso, Emecê recebeu inúmeras cartas remetidas por mulheres apaixonadas (DRUMMOND, 1991).

Suas crônicas na Rádio Inconfidência, no entanto, tornaram-no famoso e alvo do interesse das mulheres, que lhe enviavam apaixonadas cartas; até pedido de casamento recebia — mas sofria terrivelmente: imaginava que as fãs escreviam para ele porque, sendo um homem de rádio, não de televisão, não conheciam sua imagem gorda, feia, mulata, e por isso sonhavam com um príncipe encantado. (DRUMMOND, 1991, p. 87).

Roberto Drummond recebeu convite de Emecê para um encontro no *Mocó da Iaiá*, um dos pontos de reunião dos profissionais de imprensa belo-horizontinos. Ao ganhar carta amorosa de uma ouvinte, de nome Gabriela M., uma de suas fãs e ouvintes assíduas de suas crônicas na Rádio Inconfidência, Emecê preferiu viver no anonimato. Na carta, a mulher pediu Emecê para encontrá-la na Praça Marília de Dirceu, em Belo Horizonte. O homem, contudo, manifestou extremo receio com a divulgação de sua real identidade, até então desconhecida por grande parte dos ouvintes, e pediu ao amigo Roberto que o substituísse na missão (DRUMMOND, 1991).

Sem pestanejar, Roberto Drummond recusou a investida do jornalista Emecê e declinou o “serviço” projetado ao amigo Aramel, o Belo, um jovem de Santana dos Ferros

imbuído do mais tenro sonho de ser ator e dominar o cinema *hollywoodiano*. Emecê incentivou o início do relacionamento entre Aramel e Gabriela M., mas, entre choros e lamúrias, assistiu ao primeiro encontro sem nada fazer. A união entre Aramel e Gabriela M. também padecia, mas serviu para ilustrar a rejeição causada ao diferente e o desespero de quem sofre sob o jugo dos padrões (DRUMMOND, 1991).

Na leitura da história de Emecê, questões plurais são demarcadas. Uma delas versa sobre a identidade do jornalista. Na poética de Roberto Drummond, Emecê é representado como uma pessoa de extremado conhecimento, mas sua identidade segue oculta pelo sentimento de rebaixamento por destoar dos padrões sociais de sua época. A imposição de um perfil desejado é a forma de sobrepujamento mais utilizada pelos dominadores e influenciará a produção normativa, a escolha das políticas estatais e a predominância do afastamento dos indesejados da vida social.

Trata-se de atividade de vigilância sobre o gozo das identidades, a fim de permitir o silenciamento de corpos castrados de qualquer influência nas relações sociais (SOARES, 2021). O choro de Emecê, ao ver seu encontro encerrado, é fruto justamente de uma estrutura social excludente, perigosa e vinculada ao controle de qualquer forma de expressão humana sem a autorização dos obrigados ao monitoramento.

2.3 O DESENCONTRO ENTRE HILDA FURACÃO E FREI MALTHUS

Conforme narrado, a vida de Hilda Gualtieri von Eschwege é a história principal da obra. Trata-se de uma mulher destemida, de ampla formação intelectual e religiosa, cuja camada social de origem era ferrenha defensora do *status* da tradicional família mineira. Assim era designada a nata conservadora de Minas Gerais, em correspondência à composição ideal do núcleo familiar, verdadeiro modelo a ser seguido, em misto de arquétipo religioso, padrão moral e poder simbólico (mãe, pai, filhas e filhos).

A representação de Hilda não correspondia ao modelo vigente. Por isso, a mulher recusou as investidas dos filhos das elites econômicas mineiras e, nas Missas Dançantes do Minas Tênis Clube, sempre escolhida os rapazes distantes do padrão socialmente estabelecido. A ausência de vínculo afetivo à realidade de seu círculo social fez com que Hilda procurasse Madame Janete para entender sobre a vida e o insucesso nos relacionamentos:

Para você descobrir seu Príncipe Encantado, primeiro você há de sofrer mais do que a Gata Borracheira, porque sua madrasta vai ser a própria vida. Depois, você vai perder o pé de seu sapato mais amado, este que você usa nas missas dançantes do Minas Tênis Clube, e quem o encontrar, para o bem ou para o mal, será seu Príncipe Encantado. (DRUMMOND, 1991, p. 65).

Hilda deixou o conforto de seu *status* de filha da tradicional família mineira e passou a viver na zona boêmia de Belo Horizonte, onde encontrou inúmeras pessoas em situação de vulnerabilidade, entre elas Maria Tomba Homem e a travesti Cintura Fina. Ao abandonar tudo, Hilda resolveu trabalhar como profissional do sexo e, no Maravilhoso Hotel, foi o motivo de perdição entre os homens, que faziam filas intermináveis para um momento de prazer com Hilda Furacão.

Contudo, a *high society* mineira não deixou ilesa a vida da zona boêmia de Belo Horizonte. Na narrativa fictícia trazida por Roberto Drummond, a Câmara Municipal de Belo Horizonte votou projeto de lei para criar a chamada *Cidade das Camélias*, o que acabaria com a zona boêmia e a transmutaria fisicamente ao subúrbio.

A ideia era tirar a Zona Boêmia do coração de Belo Horizonte, ali, onde a Rua Guaicurus era o centro das atenções, e levar prostitutas, hotéis, pensões, bares e até mesmo o mitológico Montanhês Dancing e o não menos mitológico Maravilhoso Hotel (o templo erótico onde Hilda Furacão enfeitiçava os homens) para a Cidade das Camélias, que seria construída longe, na periferia. (DRUMMOND, 1991, p. 34 e 35).

As frentes conservadoras de Belo Horizonte, lideradas por Dona Loló Ventura e as demais integrantes da Liga da Defesa da Moral e dos Bons Costumes, organizaram a *Noite do Exorcismo*. Tal evento religioso teve por objetivo retirar o suposto diabo da zona boêmia, principalmente no Montanhês *Dancing* e no Maravilhoso Hotel. À frente do grupo estavam alguns padres e Frei Malthus, o Santo, que, mesmo diante de extremada incerteza, resolveu caminhar junto das alas conservadoras.

Em marcha, o grupo desceu as ruas do centro de Belo Horizonte em direção à Rua dos Guaicurus. Quando defronte ao chamado território proibido, o Maravilhoso Hotel, eis o encontro entre o Santo e Hilda Furacão, uma mulher totalmente diferente do imaginário idealizado pelos grupos conservadores. Em narrativa única, há um diálogo perfeitamente apresentado em relação ao desconcertado vínculo à imagem da mulher, tamanha a eloquência e inteligência apresentadas por Hilda diante da tentativa de exorcismo perpetrada por Frei Malthus, que concluiu: “Ajudai-me, Santo Antão [...], que não posso crer no que vejo.” (DRUMMOND, 1991, p. 56).

Em uma das habilidosas investidas de Hilda Furacão contra o Santo, até então com certa apreensão ao esconjurar o diabo que supostamente habitava aquele espaço, a mulher restou injustamente atacada por Dona Loló Ventura:

— Dobre a língua, Madalena, gritou Dona Loló Ventura. — Aprenda a falar a um Santo!

Foi meio sorrindo, o que destacava os dois furos no rosto, que Hilda Furacão falou:

— Minha querida Dona Loló: espero ser tratada pela senhora com a mesma lhaneza (e aqui ela sorriu, como se se desculpasse pela invasão castelhana na sua fala), com a mesma lhaneza, repito, com que eu e minha família a tratávamos quando a senhora, que era nossa vizinha no bairro de Lourdes, ficou viúva e ia lá em casa pedir açúcar e café emprestados, os quais, diga-se de passagem, a senhora, Dona Loló, nunca nos pagou. (DRUMMOND, 1991, p. 59).

Esse foi o primeiro encontro. Durante a *Noite de Exorcismo*, uma chuva torrencial caiu sobre a zona boêmia de Belo Horizonte, um verdadeiro dilúvio, e um raio atingiu o Restaurante Bagdá, que ardia em chamas. Tal fato dispersou a multidão enfurecida e, na correria, Hilda Furacão perdeu o seu sapato, que, por ironia do destino, foi encontrado justamente por Frei Malthus para também cumprir parte da profecia de Madame Janete (DRUMMOND, 1991).

O Príncipe Encantado de Hilda Furacão era Frei Malthus, da Ordem dos Dominicanos, até então fiel candidato à santidade. Tal fato trouxe ao homem ardilosos sentimentos e inúmeras revelações até então nunca experimentados, sobretudo ao perceber que Hilda Furacão resguardava, em si, a figura divina do amor, da bondade e da paz.

Após intensa escrita trazida por Roberto Drummond, tem-se que Frei Malthus resolveu abandonar a vida religiosa e seguir em relacionamento com Hilda Furacão, seu verdadeiro amor. Após um contato, os dois resolvem se encontrar justamente no dia 1º de abril de 1964, às 17h, defronte à sede do Minas Tênis Clube, na Rua da Bahia, em Belo Horizonte. Frei Malthus desaprovava a data, mas, ao seguir o pedido formulado por Hilda, acabou por sofrer um desencontro.

Ao sair do Convento dos Dominicanos, no Bairro Serra, exatamente às 16h38min, Frei Malthus optou por subir a rua. Um pouco mais adiante, um jipe do Exército levou o Santo preso, sob a acusação de “atividades subversivas”.

— Para onde vocês vão me levar? — perguntou.

— O senhor saberá, Frei Malthus.

— E vão me libertar rapidamente?

— No lugar do senhor — respondeu o oficial louro e mais amável dos dois — não teríamos a mesma esperança.

— Mas isso é uma violência — protestou.

— E uma revolução, Frei Malthus!
— Revolução ou golpe militar?
— Se vencermos, Frei Malthus, será uma revolução. Se perdemos, será um golpe militar. (DRUMMOND, 1991, p. 286).

Após sua condução e consequente interrogatório no Quartel do Exército localizado no Bairro Prado, em Belo Horizonte, Frei Malthus foi deixado na porta do Minas Tênis Clube às 19h20min. Hilda deixou o lugar às 19h15min, depois de esperar pelo Santo. Hilda tomou como destino a cidade de Buenos Aires, na Argentina. O Santo não teve a oportunidade de encontrá-la no lugar combinado.

3 SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIREITO, FILOSOFIA E LITERATURA

A relação entre Direito, Filosofia e Literatura deve ser entendida a partir de uma tentativa de refundação das próprias bases dos problemas jurídicos à luz de uma compreensão argumentativa avessa ao dogmatismo. Não por menos, Fernando José Armando Ribeiro (2019, p. 481 e 485) instruiu que a Literatura “nos leva a compreender o mundo pelo amplo espectro advindo de seus múltiplos e diversificados personagens e tramas”, o que promove o “fortalecimento do pluralismo, concorrendo diretamente para a concretização da democracia”.

A Literatura sustentou a rede da experiência humana a partir da apropriação de tantas histórias. Roberto Drummond soube sustentar sentimentos e valores na obra *Hilda Furacão*, de modo a demonstrar como as ações humanas são, antes de tudo, relações de afeto e de lutas por outra realidade. É preciso humanizar o Direito a partir da Literatura, como trouxe Antônio Cândido (2011, p. 193), em razão da criação de oportunidades culturais e de uma prática tendente à redução do abismo entre as pessoas.

O cerne da obra *Hilda Furacão*, conforme apresentado, diz respeito à vida de Hilda Gualtieri von Eschwege, a Garota do Maiô Dourado, e sua intensa decisão de abandonar a vida na alta sociedade para viver na zona boêmia de Belo Horizonte. É ali, a despeito dos olhares preconceituosos de sua época, o lugar escolhido pela nomeada Hilda Furacão para viver entre pessoas e situações apartadas de qualquer julgamento pressuposto.

No contexto territorial da zona boêmia, Hilda conhece Frei Malthus. Ou seja, um encontro pensado a partir da ameaça à diversidade e da tentativa de exclusão. Tal perspectiva é sutil, mas extremamente profunda quanto ao significado: Roberto Drummond apresenta a importância do encontro e da transformação causada por cada experiência da vida humana.

Não por menos, a redação da obra *Hilda Furacão* é repleta de conexões intersubjetivas, de modo a aproximar realidades até então nunca experimentadas.

Após consultar-se com a vidente Madame Janete, que previu o suicídio de Getúlio Vargas (DRUMMOND, 1991), a jovem Hilda Gualtieri von Eschwege decidiu abandonar a vida junto à alta sociedade mineira e rumou à zona boêmia de Belo Horizonte, onde passou a laborar como profissional do sexo no Maravilhoso Hotel, mais precisamente no *Quarto 304*. Na zona boêmia, Hilda Gualtieri von Eschwege, então nomeada Hilda Furacão, conheceu Roberto Drummond, recém-chegado de Santana dos Ferros, e amigo inseparável de outros dois ferrenses: Aramel, o Belo, e Frei Malthus, o Santo.

Há uma aproximação muito clara entre a ficção e a realidade em *Hilda Furacão*, tamanha a quantidade de narrativas que se encontram, o que é fundamental para aproximar o leitor e a leitora do cerne das histórias que se cruzam a partir de extremada simbologia (SENRA, 2016). Roberto Drummond é o narrador da história, ao mesmo tempo em que se vincula como personagem dessa narrativa, dado reforçado por uma poética regional muito apropriado para desvelar a experiência da sociedade mineira da década de 1950.

Ao ver-se confrontada na Noite do Exorcismo, quando questionada pela elite mineira, Hilda mostra-se humana e perdoa as pessoas ao seu redor. Quando a mulher perdeu o sapato, foi Frei Malthus quem o encontra e, por isso, tal fato transformaria a vida do Santo. Há, nessa travessia, o ato demonstrativo da particular revolução humana, que, marcada no sentimento lúcido e maduro, é capaz de alterar o que está posto. Isso é mensurado, por exemplo, na decisão de Frei Malthus em abandonar a vocação religiosa, objeto de profunda atenção e reflexão, e acompanhar Hilda em um relacionamento afetivo.

Por outro lado, a decisão político-econômica para o controle da vida por meio da imposição de um regime ditatorial, no Brasil, foi suficiente para interromper o relacionamento entre Hilda e Frei Malthus, separando-os definitivamente. Tal propositura sustenta não somente uma ruptura econômica, institucional e jurídica trazida com os regimes autoritários, mas também a consequente perda nas relações interpessoais, exemplificadas por tantas chegadas e partidas.

É válido lembrar que, no decorrer da obra *Hilda Furacão*, Roberto Drummond apresenta a multiplicidade de sua formação humana e profissional. Há um aspecto interessante, que talvez una a grande parte das personagens, o prestígio pela democracia e pela identidade das pessoas, mensurada por incessante exposição e implosão dos padrões socialmente demarcados pelo poder.

É preciso demarcar a importância da obra *Hilda Furacão* para a Literatura Brasileira, principalmente se pensando o momento histórico que pretende retratar como espécie de clímax, o Golpe Militar de 1964, que perdurou no Brasil até 1985 como estratégia de morte à diferença (SOARES, 2021). Em síntese, a obra de Roberto Drummond é verdadeira ode à liberdade e à resistência democrática, em detrimento aos insistentes padrões impostos por todas as formas de opressão para firmar o acúmulo do capital.

Nesse contexto, foi necessário reinventar a perspectiva literária brasileira, que, entre idas e vindas, projetou-se como propaganda da possível identidade nacional, aplicando-lhe sentimento e vínculo emocional a partir da partilha de tantas histórias com a experiência do leitor e da leitora. Segundo Dorinaldo dos Santos Nascimento (2017, p. 173), a escrita de Roberto Drummond é uma perspectiva instruída em visão pós-moderna veementemente despreocupada com “um projeto global na busca de verdades universais, tentando dar conta não de um discurso totalizante, mas de um discurso de minorias, dando voz aos ‘ex-cêntricos’, historicamente marginalizados”.

Há, assim, a aproximação do escritor e da escritora ao movimento de valorização da diversidade, de modo a organizar a relação da Literatura com as demais produções humanas. Para Nascimento, tal expressividade aproximou-se de um movimento denominado *literatura pop*, baseado no *pop art* enquanto experiência de outro momento para as artes visuais, renovadas a partir da década de 1950. O *pop art*, assim, está “profundamente enraizado no espaço urbano que contemplava a inserção do cotidiano nas artes pictóricas, envolvendo histórias em quadrinho, anúncios e embalagens, produtos do entretenimento popular do cinema, televisão [...], bens duráveis [...], bem como o dinheiro e o corpo sexual” (NASCIMENTO, 2017, p. 175).

Nas incursões com a Filosofia Radical, as múltiplas realidades tratadas em *Hilda Furacão* indicam as perspectivas fundamentais da Literatura enquanto instrumento de denúncia. Em Derrida (2014, p. 49), o “espaço da literatura não é somente o de uma ficção instituída, mas também o de uma instituição fictícia, a qual, em princípio, permite dizer tudo”. A liberdade arregimentada pela Literatura é firme ao contribuir para desvelar processos antagônicos de dominação a partir de se desvelar a memória.

Ao conceber a necessidade de uma escrita liberada até mesmo das tensões entre Filosofia e Literatura, Jacques Derrida (2014) se apoia justamente no ato de escrever enquanto construção revolucionária da democracia e de uma estratégia desconstrutiva da realidade. Por

tudo isso, a obra *Hilda Furacão* representa a síntese de um retorno consciente para abandonar, pela memória fática, toda e qualquer forma de opressão e vigilância contra a diversidade.

Roberto Drummond foi capaz de inserir, em *Hilda Furacão*, a dialética entre os eventos literários e os fenômenos jurídicos próprios das confluências da segunda metade do século XX. François Ost (2007) trouxe a narrativa poético-social como um dos elementos mais claros para compreender a criação da própria norma e do *poder de normar*. Ainda que inconscientemente, Roberto Drummond descreveu as tensões do sistema político de seu tempo e, portanto, do próprio fenômeno de alterar crenças e paradigmas estatais na transição de cadeiras do poder temporal, tal como o processo ditatorial eclodido em 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond, é um dos marcos da literatura *pop*. Não por menos, a escrita utilizada pelo autor demonstrou, com detalhes, o desenvolvimento das histórias e dos lugares aos quais elas estão vinculadas. Isso demonstra como a literatura *pop*, antes de tudo, mostra-se preocupada em desvelar a realidade como está posta, valendo-se de uma narrativa para trazer a leitora e o leitor ao cerne da experiência humana.

É válido entender a divisão da obra *Hilda Furacão*, nos termos apresentados por Roberto Drummond, como um instrumento destinado à crítica da sociedade de sua época, mas com notada poética de adesão ao projeto de resistência à ordem pressuposta. Na narrativa, o próprio Roberto Drummond apresentou a força de suas conjecturas ideológicas e as influências sobre suas decisões, de modo a optar pela refundação das pautas identitárias a partir da proteção dos sujeitos.

A presente pesquisa, então, relacionou as noções de controle e poder na obra *Hilda Furacão*. Para tanto, foram selecionadas três narrativas presentes na obra, em corte metodológico sobre sua repercussão, a fim de atingir o objetivo com maior profundidade: a pintura de Adão na Matriz de Santana dos Ferros, a vida amorosa de Emecê e o encontro entre Hilda e Frei Malthus.

Em releitura de cada história, conclui-se que a obra *Hilda Furacão*, em síntese atual, expõe as contradições sustentadas pela sociedade controlada e controladora, mantidas até a contemporaneidade, seja na definição de padrões aceitos ou condutas rejeitadas, na hipervigilância das liberdades ou no poder simbólico imbuído nas relações sociais. Os

detentores do capital ditam as regras e determinarão as condutas possíveis ou reprováveis, de modo a induzir a manutenção do *status quo*.

Por isso, a extensa composição literária de Roberto Drummond expõe a realidade de seu tempo, que, apresentada a partir da realidade fática em determinado espaço-tempo, serve de registro histórico e de ruptura. Dessa forma, lê-la representa um encontro com a realidade humana e, ao seu turno, o despertar para o sentimento depositado em cada linha, de modo a defender o gozo das identidades e a importância de cada encontro para refundar as bases políticas de uma sociedade corrompida pela dominação.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CALEGARI, Lizandro Carlos. Do social ao estético: notas sobre “Hilda Furacão”, de Roberto Drummond. **Letras** (UFSM), v. 19, n. 1, p. 101-115, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11998>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DUSSEL, Enrique. **1492**: encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Tradução de Marileide Dias Esqueda. São Paulo: Editora Vozes, 1993.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2007.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão**. 3. ed. São Paulo: Editora Siciliano, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Filosofia radical e utopias da inapropriabilidade**: uma aposta an-árquica na multidão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

NASCIMENTO, Dorinaldo dos Santos. Pós-Modernismo e literatura *pop* em Roberto Drummond. **Revista Fórum Identidades**, Universidade Federal de Sergipe, v. 24, p. 171-184, maio/ago. 2017.

OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2007.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

RIBEIRO, Fernando José Armando. Essa estranha instituição chamada Literatura e o Direito. **ANAMORPHOSIS** - Revista Internacional de Direito e Literatura, v. 5, n. 2, jul./dez. 2019.

SENRA, Rafael; SILVA, Teresinha Vânia Zimbrão. Hilda Furção, e o jornalismo frustrado que virou literatura. **Darandina Reviseletrônica** – Programa de Pós-Graduação em Letras/UFJF, v. 9, n. 1, p. 1-10, 2016.

SIQUEIRA, Humberto. Conheça a polêmica da matriz de Ferros. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 ago. 2013.

SOARES, Igor Alves Noberto. A subserviência do estado ao capital: notas introdutórias para entender o controle e a dominação no Brasil. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 23, n. 1, p. 6-27, abr./jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/42820>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

ZEN, Rafael Luiz. A supressão do outro no episódio do Queermuseu: a liberdade de expressão sobre coerção e o que pode o ativismo *queer*. **Palíndromo**, v. 10, n. 21, p. 130-154, jul. 2018.